

Lei Orgânica da CGE torna órgão permanente e efetiva controle interno em Goiás

Com a publicação da Lei Orgânica da CGE, ficam reunidas num mesmo dispositivo as normas de atuação do órgão de controle interno estadual, reforçando ações de combate à corrupção, qualificação do gasto público, transparência e interlocução com sociedade



Governador Ronaldo Caiado sanciona Lei Orgânica da Controladoria. A Lei nº 20.986/2021 será conhecida na CGE GO como Lei "Eudensio Batista", em homenagem ao ex gestor e ex chefe de gabinete do órgão

O governador Ronaldo Caiado sancionou a Lei nº 20.986/2021 (foto), publicada no Diário Oficial do dia 7/4, que disciplina os Sistemas de Controle Interno, de Ouvidoria e de Correição do Poder Executivo estadual, bem como a organização, as funções e a carreira específica da Controladoria-Geral do Estado (CGE) como órgão central de natureza permanente e responsável pelo controle interno da administração estadual. A Lei Orgânica da CGE foi aprovada pela Assembleia Legislativa de Goiás no final de março.

Essa é mais uma conquista do governador Ronaldo Caiado para garantir o combate à corrupção e uma governança moderna e efetiva dos órgãos estaduais que compõem o Governo de Goiás.

Segundo o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, a relevância da

Lei Orgânica vai além de mera ferramenta de gestão pública. Ele frisa que o controle interno se materializa por meio de um sistema que demanda a integração de vários órgãos, funções e atividades de governo. O intuito é cumprir as determinações constitucionais voltadas ao combate e à prevenção da corrupção, à garantia de qualificação do gasto público, à interlocução com a sociedade, à promoção da transparência da gestão governamental, bem como à fiscalização e avaliação dos atos da administração.

Ziller destacou ainda que a promulgação da lei não implicou em alteração na estrutura básica e complementar do órgão e não causou impacto financeiro, pois a CGE já conta com quadro próprio de servidores efetivos para as funções de controle interno.

Segundo Antônio Fábio Jubé, chefe da Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica da CGE, área responsável pelo estudo e pela condensação dos termos da Lei Orgânica, nela foram atendidas orientações de organismos internacionais, tais como o Banco Mundial e a Transparência Internacional, bem como órgãos de controle externo e segmentos organizados da sociedade. "A lei é resultado de muitos anos de estudo e trabalho por parte do quadro de servidores da CGE. Para nós, servidores, é um marco na segurança da continuidade do órgão, das relevantes funções que realiza e que contribuem com a melhoria da administração estadual", afirma Jubé.

Para a presidente da Associação dos Servidores Efetivos da CGE, Roberta dos Reis Silva, a Lei Orgânica é um importante avanço na estruturação do Sistema de Controle Interno, sendo fundamental para o aprimoramento da capacidade de gestão do Estado. "Com o fortalecimento e aperfeiçoamento do controle dos gastos públicos, quem ganha é o cidadão", diz Roberta.

A lei destaca e consolida o controle interno na ação preventiva sobre a realização das despesas e dos processos de trabalhos públicos, em sintonia com o Programa de Compliance Público de Goiás (PCP), com atuação nos quatro eixos: Ética, Transparência, Responsabilização e Gestão de Riscos. Ela corrige a distorção dos modelos anteriores, ao ampliar a regulação do controle interno para essa atribuição preventiva, vista pelo Governo de Goiás como função essencial para o funcionamento da administração pública.

[Clique aqui e veja a íntegra da Lei 20.986/2021.](#)

Sanção rende agradecimento dos servidores da CGE ao governador

Em videoconferência, colaboradores da CGE agradeceram ao governador pela sanção da Lei Orgânica nº 20.986/2021. Em resposta, governador destacou papel da equipe no sentido de implantar medidas que permitem boa aplicação dos recursos públicos por parte do Estado

O Governador Ronaldo Caiado foi homenageado por servidores da Controladoria-Geral do Estado (CGE-GO), nesta terça-feira (27/04), durante reunião em reconhecimento e agradecimento pela sanção da Lei Orgânica nº 20.986/2021. De acordo com o governador, os servidores da Controladoria-Geral do Estado são fundamentais

para a governabilidade e a governança do Estado de Goiás. "São como bons médicos, que fazem o diagnóstico antes que o quadro esteja totalmente deteriorado. Conseguem fazer medidas menos agressivas e que permitem a boa aplicação dos recursos públicos por parte do Estado", afirmou.



Servidores da CGE e controlador-geral, Henrique Ziller, durante reunião, por videoconferência, com governador Ronaldo Caiado

A norma foi denominada Lei Eudensio Batista, em homenagem ao ex-chefe de gabinete da CGE-GO e gestor de carreira, recentemente vitimado pela Covid-19. "Eudensio, com aquela maneira simples de ser, cativante, mas extremamente preparado, contribuiu e muito para o nosso governo e terá sempre o nosso reconhecimento. Tenho certeza que lá em cima ele não está frustrado", disse Caiado, em referência ao gestor e amigo, que, segundo ele, muito o ajudou no processo de transição para o seu governo.

As palavras endereçadas ao governador pelo controlador-geral Henrique Ziller, pela servidora Roberta dos Reis Silva e pelos servidores Antônio Fábio Jubé e Adilson Estevão Alvares – que juntos ressaltaram a importância deste momento não somente para o órgão ou para a administração, mas para toda a sociedade – emocionaram o chefe do Executivo estadual, que declarou: "Eu fico sensibilizado com esse carinho de cada um. Não tem nada melhor do que contar com o apoio de um time tão eficiente e competente, capaz e conhecedor.

Ele pediu ainda ajuda aos servidores para que possam, por meio do zelo com a coisa pública, devolver Goiás aos goianos. "Cabe a nós, como líderes, fazer com que Goiás tenha uma visão para as pessoas mais vulneráveis. Que o dinheiro seja corretamente aplicado e que o servidor público seja dignificado, porque a sua função é ter significado público, formação essa que vai determinar os nossos passos e o resultado do nosso Estado no final desse mandato", assegurou o governador.

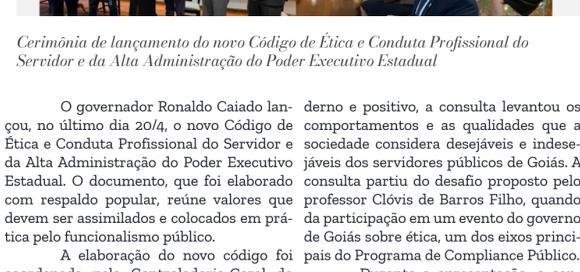
NA MÍDIA

O controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, participou, no dia 22/4, do Jornal Brasil Central (foto), onde detalhou, em uma longa entrevista, informações sobre o novo Código de Ética do servidor estadual, ações do Programa de Compliance Público de Goiás e fiscalização da CGE nas contas públicas. Ziller ressaltou ainda o trabalho de controle interno feito em parceria com todos os órgãos estaduais, que tem destacado o Governo de Goiás no cenário nacional.

ÉTICA

Lançado Código de Ética do Estado

Novo Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração do Poder Executivo Estadual foi elaborado a partir de uma consulta pública na qual o cidadão apresentou valores e comportamentos que considera desejáveis e indesejáveis na relação com os servidores públicos



Cerimônia de lançamento do novo Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração do Poder Executivo Estadual

O governador Ronaldo Caiado lançou, no último dia 20/4, o novo Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração do Poder Executivo Estadual. O documento, que foi elaborado com respaldo popular, reúne valores que devem ser assimilados e colocados em prática pelo funcionalismo público.

A elaboração do novo código foi coordenada pela Controladoria-Geral do Estado (CGE), em parceria com a Secretaria-Geral da Governadoria (SGG). Um dos diferenciais do conteúdo foi a consulta pública realizada pela internet, em que o cidadão goiano pôde opinar sobre o que espera do servidor. Essa pesquisa resultou na reunião de 102 qualidades desejadas e 74 indesejadas, além de 50 comportamentos esperados e outros 65 a serem evitados.

Ao trabalhar com um modelo mo-

derno e positivo, a consulta levantou os comportamentos e as qualidades que a sociedade considera desejáveis e indesejáveis dos servidores públicos de Goiás. A consulta partiu do desafio proposto pelo professor Clóvis do Barro Filho, quando da participação em um evento do governo de Goiás sobre ética, um dos eixos principais do Programa de Compliance Público.

Durante a apresentação, o controlador-geral do Estado, Henrique Ziller, citou a confiança social como o principal elemento para construção de uma relação entre o funcionalismo público e a sociedade. Para ele, o novo código aborda a ética e a conduta do servidor sob uma ótica exclusivamente positiva. "É mais do que um avanço legislativo, é uma mudança conceitual e paradigmática na relação do servidor e do Poder Público com a popula-

ção", acrescentou.

Ele enfatizou ainda que "o novo Código não traz uma lista de proibições, ao contrário, cochicha no ouvido do servidor que ao desempenhar qualquer tarefa ele deverá ser insperado por três orientações: considerar o interesse público acima do particular, aplicar bem os recursos públicos e desenvolver e manter relações de confiança, no âmbito do trabalho e na relação com os agentes privados", complementou.

O governador Ronaldo Caiado, em sua fala, destacou que a finalidade é alinhar as ações do servidor para balizar decisões e para que não haja dúvidas sobre "ética, postura e espírito público". Caiado ainda apontou uma premissa para a conduta no âmbito governamental. "Respeito ao que é o patrimônio público. Não confundir patrimônio público com patrimônio privado", apontou.

Para ele, o documento vai embasar as decisões e respaldar agentes públicos em suas atribuições. "Se o governo, hoje, dá sinais claros de correção de rumos, de estruturação de como é aplicado o dinheiro público, se deve a cada um de vocês [servidores]", enalteceu.

[Acesse aqui](#) o Novo Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração do Poder Executivo Estadual.

CAPACITAÇÃO I

CGE amplia capacitação de servidores na área de auditoria interna governamental

Curso custeado pelo Governo de Goiás promove capacitação de 30 servidores da Controladoria-Geral do Estado em habilidades na área de Auditoria Interna com ênfase em Órgãos Públicos. Treinamento, que terá ainda segunda etapa, visa capacitar técnicos a realizar auditorias, de acordo com normas internacionais preconizadas pelo Institute of Internal Auditors (IIA)

Trinta servidores da Controladoria-Geral do Estado (CGE) participaram, de 7 a 9 de abril, de curso on-line com 24 horas/aula, ministrado pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil). Denominado Curso 1 de Auditoria Interna, com Ênfase em Órgãos Públicos (Audi 1 EOP), ele visa a capacitação profissional dos participantes em conceitos, procedimentos, técnicas e metodologias necessárias para o desempenho das responsabilidades na auditoria interna governamental.

Participaram da capacitação, técnicos da Subcontroladoria de Controle Interno e Correição, da Superintendência de Inspeção, da Superintendência de Auditoria, da Superintendência de Correição Administrativa, da Assessoria de Harmonização e Gestão Estratégica e do Grupo Especial de Auditoria e Inspeção de Contratos da CGE. De acordo com a subcontroladora de Controle Interno e Correição, Stella Maris Husni Franco, "ao contratar esse curso, o objetivo do Estado foi capacitar os servidores da área nas melhores e mais atualizadas normas e práticas de auditoria interna internacionais".

O curso possibilita o aperfeiçoamento técnico-profissional dos servidores que executam as atividades de controle interno da CGE, abrangendo as áreas de inspeção e auditoria interna, esta última com foco na gestão de riscos. "No conteúdo dos cursos, os módulos contemplaram, ainda, as normas da Estrutura Internacional de Práticas Profissionais (IPPF), bem como as orientações para a autoavaliação do Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (IA-CM), adotado pela CGE, e o modelo das três linhas que dá as diretrizes do gerenciamento



Trinta servidores da CGE GO se capacitam no curso 1 de Auditoria Interna, com ênfase em órgãos públicos (Audi 1 EOP), ministrado pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IIA Brasil)

to de riscos e controle de uma organização e global de elaboração exclusiva do IIA Global", complementa Stella.

Nova etapa

Além do Audi 1 EOP, a CGE contratou, também para os servidores o Audi 2 EOP, uma etapa mais avançada que apresenta aos participantes conceitos sobre riscos, transparência e governança, além do planejamento estratégico, da garantia de qualidade da auditoria interna e de técnicas para a execução de auditoria interna baseada em riscos.

Após a capacitação, os servidores estarão aptos a realizar auditorias de acordo com as normas internacionais;

executar a auditoria com entendimento sobre o Modelo das Três Linhas, e o propósito de localizar as responsabilidades e competências com relação aos controles e integridade, em parceria com o órgão de fomento dos processos de governança, de gerenciamento de riscos e de controles internos. Estarão aptos, também, a adequar os trabalhos da CGE à metodologia do IA-CM, ao realizar auditorias para agregar valor à entidade auditada; e melhorar a qualidade/desempenho dos trabalhos de auditoria realizados pela Controladoria.

CAPACITAÇÃO II

Controladoria e Egov reforçam capacitações nas áreas do PCP

Meta é capacitar 2 mil servidores até julho, em cursos voltados aos quatro eixos de ação do Programa de Compliance Público (PCP). Formação dos servidores conta pontuação para órgãos estaduais no Ranking de Compliance deste ano



A Controladoria-Geral do Estado (CGE) e a Escola de Governo do Estado de Goiás (EGOV) iniciaram as turmas de capacitação dos servidores estaduais nos cursos do Programa de Compliance Público de Goiás (PCP). Para este primeiro semestre de

2021, as inscrições já estão abertas no site da Escola. A expectativa é capacitar 2 mil servidores até julho.

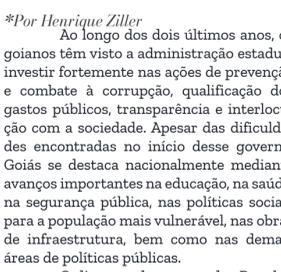
Além dos cursos, serão realizados pelos 44 órgãos participantes do PCP vários eventos de replicação e disseminação

dos conhecimentos do programa. Desde a instituição do programa, em 2019, a administração estadual já capacitou mais de 3.700 servidores nos quatro eixos: ética, transparência, responsabilização e gestão de riscos.

Com a pandemia, as aulas, que eram presenciais, foram convertidas para a versão a distância (EAD). Em 2020, a Escola de Governo abriu 18 turmas e cursificou cerca de 2 mil servidores nos cursos do PCP. A formação em Compliance faz parte de um vigoroso processo de internalização da cultura de integridade e conformidade por parte do Governo de Goiás aos servidores e todos aqueles que se relacionam com o poder público estadual. Tratam-se de instrumentos que ultrapassam a mera proposição de controles administrativos, sendo fundamentais para aprimorar o comportamento daqueles que lidam com recursos públicos e que têm a responsabilidade de bem servir o cidadão.

Para fazer a inscrição nos cursos, o servidor deve acessar o [Portal do Aluno da Escola de Governo](#).

ARTIGO



*Por Henrique Ziller

Ao longo dos dois últimos anos, os goianos têm visto a administração estadual investir fortemente nas ações de prevenção e combate à corrupção, qualificação dos gastos públicos, transparência e interlocução com a sociedade. Apesar da dificuldade encontradas no início desse governo, Goiás se destaca nacionalmente mediante avanços importantes na educação, na saúde, na segurança pública, nas políticas sociais para a população mais vulnerável, nas obras de infraestrutura, bem como nas demais áreas de políticas públicas.

O discurso do governador Ronaldo Caiado equivale à prática de seu governo: combate à corrupção e aumento da transparência se fazem com investimento no fortalecimento e na modernização do controle interno. No Governo de Goiás, controle interno superou o conceito de controle meramente corretivo e punitivo, para se transformar em ferramenta de governança,

O controle interno se consolida em Goiás

torando-se um importantíssimo aliado dos gestores mediante a prestação de consultoria - que é o coração do Programa de Compliance Público. Mesmo as ações mais tradicionais de fiscalização são realizadas de forma preventiva, em parceria com os gestores.

Esse modelo está agora definitivamente consolidado mediante a sanção, pelo governador, da Lei 20.986, publicada no início de abril e que reúne em um mesmo dispositivo as normas de atuação do controle interno estadual que já existiam de forma esparsa em outros normativos. O grande avanço é a definição de que se trata agora de um órgão permanente do Estado!

A Lei Orgânica da Controladoria-Geral do Estado (CGE) disciplina os sistemas de controle interno, de ouvidoria e de correição do Poder Executivo estadual, bem como a organização, as funções e a carreira específica da Controladoria, que é o órgão central desses sistemas.

tacamos o nome do ex-chefe de gabinete da CGE, Eudensio Batista.

Eudensio foi um servidor público de envergadura diferenciada. Sempre trabalhou de forma competente, dedicada e amorosa. Vitimado pela Covid, faleceu poucos dias antes da sanção da lei, deixando um enorme vazio no coração de sua família, de seus amigos e de seus colegas. Em homenagem a ele estamos nos referindo a esta norma como Lei Eudensio Batista

É fundamental que as ações de controle interno sejam aperfeiçoadas de forma contínua e permanente para que se possam atingir níveis satisfatórios de desempenho e busca de qualidade superior nos serviços oferecidos aos cidadãos. Na administração pública do Governo de Goiás, os mecanismos de controle existentes possibilitam a prevenção ao erro, à fraude e ao desperdício, para a tomada de decisão segura que tem como meta levar benefícios à sociedade. Encarnando sempre, e acima de tudo, o interesse público como norte de nossa ação, tendo em mente a vida de nosso querido colega que hoje se mantém viva em nossa memória.

*Henrique Ziller é secretário-chefe da Controladoria-Geral do Estado de Goiás.

EXPEDIENTE

Edição: Rodrigo Nunes Leles | Textos: Comunicação Setorial da CGE
Identidade visual e diagramação: Maria Luz Carvalho